

C.N.P.J. Nº 62.070.362/0001-06
NIRE Nº 3530003343-4**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2024.**

I – DATA, LOCAL, HORA: Assembleia realizada em 29 de abril de 2024, às 15h00, na sede da companhia, situada na Rua Boa Vista nº 175, Bloco B, São Paulo/SP. **II – CONVOCAÇÃO:** Assembleia regularmente convocada por editais publicados no jornal “Folha de São Paulo”, nas edições dos dias 05, 08 e 09/04/2024, às fls. 13, 10 e 10, e nas mesmas datas por meio eletrônico em <https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/> e no “Diário Oficial do Estado”. **III – QUÓRUM:** Acionistas representando 99,99% do Capital Social, conforme assinaturas lançadas às fls. 87v., do Livro de Presença dos Acionistas. Presentes os acionistas: Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Procuradora do Estado, Bruna Tapié Gabrielli; Prefeitura do Município de São Paulo, representada pela Procuradora do Município, Katia Leite. **IV – MESA:** Presidente: Sr. Milton Frasson, Presidente do Conselho de Administração, nos termos do §3º do artigo 5º do Estatuto Social. Secretária: Sra. Mariana Albert Acherboim. **V – ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** **1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria. **2.** Eleger os membros do Conselho de Administração para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026 e designar o Presidente do Conselho de Administração; **3.** Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025; **4.** Fixar a Remuneração dos Administradores, Membros do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2024. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** **1.** Reformar o Estatuto Social da Companhia para: atualizar o *caput* do artigo 3º em decorrência de alteração do Capital Social, e alterar o inciso XXVIII do artigo 14; alterar o título do Capítulo IX; alterar o artigo 29; excluir o artigo 30, alterar a redação do atual artigo 31, e renumerar os artigos 31 a 52, passando a 30 a 51, com a finalidade de excluir a atribuições consultivas do Comitê de Elegibilidade; **2.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia em decorrência da deliberação do item 1 da pauta; **3.** Eleger os membros do Comitê de Elegibilidade; **4.** Outros assuntos de interesse. **VI – MANIFESTAÇÕES:** O Senhor Presidente registrou o cumprimento das formalidades legais determinadas pela Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores, indispensáveis à realização desta Assembleia e consistentes na publicação no jornal Folha de São Paulo nos dias 25, 26 e 27/03/24, às fls. 06, 12 e 13, respectivamente, e nas mesmas datas por meio eletrônico em <https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/> e no “Diário Oficial do Estado”, do “Aviso aos Acionistas” a que alude o Artigo 133 do referido diploma legal; e na edição de 08/04/2024 nos mesmos veículos, do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário – 2023, todos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Referidos documentos foram apresentados aos acionistas e estão arquivados na sede. Estavam também presentes: Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues, Conselheiro Fiscal, Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Conselheiro de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, Angélica Aparecida Severino da Silva, representante da Mazars Auditores Independentes SS, não sendo solicitados esclarecimentos. Os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, que se manifestou por meio do **Parecer CODEC nº 022/2024** (Processo Eletrônico SEI 017.00001036/2024-61) e **Parecer CODEC nº 023/2024 – Aditivo ao Parecer 022/2024**. **VII – DELIBERAÇÕES.** O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do Parecer CODEC nº 022/2024 e do Parecer CODEC n.º 023/2024. O voto do acionista Município de São Paulo foi proferido de acordo com os termos do documento do “Encaminhamento SGM/GAB/EP nº 102298455”, Processo 6011.2024/0001078-5. Assim, os acionistas decidiram: **Assembleia Geral Ordinária: ITEM 1.** Aprovar, por unanimidade, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, manifestação favorável do Comitê de Auditoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal, e das informações do órgão técnico que não apontaram nenhuma desconformidade, abstenendo-se de votar o Acionista



Prefeitura do Município de São Paulo. **ITEM 2.** Eleger como Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **MILTON FRASSON**, brasileiro, casado, administrador de empresas, R.G. nº 6.999.082 SSP/SP e CPF/MF nº 949.937.268-72, residente e domiciliado na Rua Lauro Muller, 12 – Bl. B – apto. 72, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, 05302-060, **(em 2º mandato – 1ª recondução)**; e para membros do Conselho de Administração, Sr. **ANTONIO JÚLIO CASTIGLIONI NETO**, brasileiro, casado, advogado, R.G. nº 1.336.869 SSP/ES e CPF/MF nº 054.462.337-19, residente e domiciliado na Rua Gelu Vervloet dos Santos, 280 – apto. 902 – Torre E – Jardim Camburi, Vitória/ES, 29090-100, como membro do Conselho de Administração na qualidade de Diretor-Presidente nos termos do parágrafo 1º, do artigo 8º do Estatuto Social; Sr. **RODRIGO BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador e funcionário público, R.G. nº 64.060.444-4 SSP/SP e CPF/MF nº 059.398.074-37, residente e domiciliado na Rua Tagipuru, 1060 – apto. 72 – Bloco B2, Barra Funda, São Paulo/SP, 01156-000, **(em 2º mandato, 1ª recondução)**; Sr. **CLEYTON RICARDO BATISTA**, brasileiro, casado, advogado, R.G. nº 22.545.907-3 SSP/SP e CPF/MF nº 169.593.798-81, residente e domiciliado na Rua Rosa Rosalém Daré, 40 – apto. 33, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP, 09624-060, **(em 2º mandato, 1ª recondução)**; **DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI**, brasileiro, casado, servidor público e engenheiro, R.G. nº 92027017267 SSP/CE e CPF/MF nº 725.511.433-49, residente e domiciliado no Condomínio Ville de Montagne, Qd. 02, Casa 11, Jardim Botânico, Brasília – DF, CEP 71.680-357, **(em 2º mandato, 1ª recondução)**; Sr. **MAURO ANTÔNIO GUMIERO VOLTARELLI**, brasileiro, solteiro, administrador, R.G. nº 30.652.570-7 SSP/SP e CPF/MF nº 220.127.738-93, residente e domiciliado na Rua Viaza, 374 – apto. 53 – Bloco A – Jardim Aeroporto, São Paulo/SP, 04633-050, **(em 2º mandato, 1ª recondução)**; Sr. **GUSTAVO VILLAÇA VARGAS SAMPAIO BRAGA**, brasileiro, união estável, advogado, R.G. nº 2.122.255 SSP/DF e CPF/MF nº 719.824.001-10, residente e domiciliado na Alameda Franca, 144 – apto. 121, Jardim Paulista, São Paulo/SP, 01422-000, **(em 2º mandato, 1ª recondução)**; Sr. **JOÃO JORGE FADEL FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, R.G. nº 43.545.716-0 SSP/SP e CPF/MF nº 227.504.358-62, residente e domiciliado na Rua Dom José Carlos Aguirre, 219, Cruzeiro, Itararé/SP, 18460-530, como MEMBRO INDEPENDENTE, **(em 2º mandato, 1ª recondução)**; e Sr. **CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ**, brasileiro, divorciado, economista e contador, R.G. nº 8842-0 CRE/RJ e CPF/MF nº 212.107.217-91, residente e domiciliado na Rodovia RJ 159 – Estrada Quatis/Falcão, 11.500, Joaquim Leite, Quatis/RJ, 27420-300, **(em 2º mandato, 1ª recondução)**, na qualidade de CONSELHEIRO INDEPENDENTE e COORDENADOR DO COMITÊ DE AUDITORIA, por unanimidade de votos, abstendo-se de votar o Acionista Prefeitura do Município de São Paulo. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ofício ATG nº 0109/24-CC), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (processo SEI 017.00004199/2023-15), que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). A representante do acionista Município de São Paulo, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia e com fundamento no artigo 19 da Lei Federal nº 13.303/2016, nos termos do “Encaminhamento SGM/ GAB/EP nº 102298455”, resolve **eleger** o senhor **FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, servidor público e administrador, R.G. nº 23.270.960-9 SSP/SP e CPF/MF nº 183.062.728-70, residente e domiciliado na Av. Lucas de Siqueira Franco nº 154, Atibaia – SP, CEP 12941-170, para integrar como membro o Conselho de Administração da Companhia do Metrô **(2º mandato, 1ª recondução)**. A indicação contou com a competente autorização do acionista minoritário nos termos do Ofício nº 261/2024/SGM/GAB, de 04/04/2024, tendo sido a conformidade dos requisitos legais e estatutários, inclusive aquela prevista na Lei Federal nº 13.303/2016, atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, em sua 48ª Reunião Ordinária, de 12/04/2024, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social (Processo eletrônico SEI nº 017.00004199/2023-15 que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). Registre-se ainda que o Acionista majoritário não obsta a participação, no Conselho de Administração, do representante dos empregados, sr. **WAGNER FAJARDO PEREIRA**, brasileiro, divorciado, técnico em segurança do trabalho, RG nº 9198.866-4 SSP/SP e CPF/MF nº 906.525.258-49, residente e domiciliado na Av. Professor Alfonso Bovero, 1174 – apto. 71, São Paulo/SP, 05019-010, **eleito** pelos empregados da Companhia em eleição realizada nos termos do artigo 9º *caput* e §1º do Estatuto Social e demais legislação aplicável, conduzida pela Comissão Eleitoral designada pelo AP-210/2023, cujo resultado



foi divulgado em 23/04/2024, e a verificação dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, conforme registrado na Ata da 49ª Reunião Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, do candidato que recebeu maior votação. A investidura no cargo de todos os conselheiros eleitos deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela empresa no ato da posse. Os conselheiros eleitos deverão exercer suas funções com mandato coincidente com os demais, nos termos do Estatuto Social da Companhia, até a Assembleia que se destinar à aprovação das contas de 2025, em abril de 2026. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do CODEC conforme será deliberado no item 4 desta Assembleia Geral Ordinária. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. A Declaração de Desimpedimento dos Conselheiros eleitos e os demais documentos apresentados encontram-se arquivados na sede da Companhia. **ITEM 3.** Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025: Sr. **LUCIANO GARCIA MIGUEL**, brasileiro, casado, Auditor Fiscal da Receita Estadual, RG nº 13.786.123-0 SSP/SP e CPF/MF nº 045.725.278-22, residente e domiciliado na Rua Artur Prado, 588 – apto. 162, Bela Vista, São Paulo/SP, 01322-000, e seu suplente **FÁBIO HENRIQUE GALINARI BERTOLUCCI**, brasileiro, união estável, Auditor Fiscal da Receita Estadual, RG nº 8.941.285-0 SSP/SP e CPF/MF nº 113.677.868-35, residente e domiciliado na Rua Manoel da Nóbrega, 223 – apto. 31, Paraíso, São Paulo/SP, 04001-081, **(ambos em 2º mandato, 1ª recondução)**; **TZUNG SHEI UE**, brasileiro, solteiro, economista, RG nº 13.671.643-x SSP/SP e CPF/MF nº 022.829.408-81, residente e domiciliado na Rua Humberto I, 50 – apto. 84, Vila Mariana, São Paulo/SP, 04018-030, **(em 2º mandato, 1ª recondução)** e seu suplente **ANDRÉ DA SILVA CURCIO**, brasileiro, divorciado, Auditor Fiscal da Receita Estadual, RG nº 30.990.769-X SSP/SP e CPF/MF nº 286.406.588-62, residente e domiciliado na Praça Júlio Mesquita, 97 – apto. 2102, Torre B, Santa Efigênia, São Paulo/SP, 01209-010 **(1º mandato)**; **GUILHERME MURARO DERRITE**, brasileiro, casado, bacharel em ciências policiais e segurança pública e bacharel em direito, RG nº 26.508.136-1 SSP/SP e CPF/MF nº 312.006.068-25, residente e domiciliado na Rua Belquior de Azevedo, 156 – apto. 203, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, 05089-030, e seu suplente **PAULO MAURÍCIO MACULEVICIUS FERREIRA**, brasileiro, casado, bacharel em ciências policiais e segurança pública e bacharel em direito, RG nº 20.713.935-0 SSP/SP e CPF/MF nº 157.661.058-60, residente e domiciliado na Alameda Rembrandt, 875 – quadra 11 – lote 52, Santana de Parnaíba/SP, 06539-370, **(ambos em 1º mandato)**; **VINICIUS FARAJ**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, RG nº 43.988.650 SSP/SP e CPF/MF nº 327.378.228-58, residente e domiciliado na Rua Gonçalo da Cunha, 183 – apto. 126, Vila Mariana, São Paulo/SP, 04140-040, e sua suplente **BETY TICHAUER**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, RG nº 23.384.824-1 SSP/SP e CPF/MF nº 176.874.818-79, residente e domiciliada na Av. Hélio Pellegrino, 148 – apto. 171, Vila Nova Conceição São Paulo/SP, 04513-100, **(ambos em 1º mandato)**, por unanimidade de votos, abstendo-se de votar a Acionista Municipalidade de São Paulo. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ofícios ATG nº 0109 e 0167/24-CC), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social (Processo SEI 017.00004198/2023-71), que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). A acionista Prefeitura do Município de São Paulo, acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia, em conformidade com os termos do "Encaminhamento SGM/GAB/EP nº 102298455", resolveu eleger o Sr. **ADOLFO CASCUDO RODRIGUES**, brasileiro, divorciado, servidor público municipal e administrador, residente e domiciliado na Praça Centenário de Vila Prudente, 139, apto 44, Vila Prudente, São Paulo/SP, 03132-050, R.G. nº 05978304-3-DIC/RJ e CPF/MF nº 912.884.017-87, e o Sr. **MARCELO SOARES DE SOUZA**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Lair, 149 – Vila Albertina, São Paulo/SP, 02371-040, R.G. nº 58.958.341-4 SSP/SP e CPF/MF nº 075.073.037-48, como membros efetivo e suplente, respectivamente, do Conselho Fiscal da Companhia do Metrô **(ambos em 3º mandato, 2ª recondução)**. O Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social, atestou a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado pela Companhia no ato da posse. Os conselheiros



fiscais exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. A Declaração de Desimpedimento dos Conselheiros eleitos e os demais documentos apresentados encontram-se arquivados na sede da Companhia. **ITEM 4.** Aprovar por unanimidade, abstendo-se de votar a acionista Prefeitura do Município de São Paulo, nos termos dos artigos 152, caput, e 162, §3º da Lei federal nº 6.404/1976, e artigo 41, caput, e parágrafo 1º do Estatuto Social, a fixação da remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) e dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2024, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 21 de março de 2024, aprovando o limite máximo para remuneração global, considerando a atual composição dos órgãos estatutários, que inclui a remuneração fixa e os demais benefícios constantes da mencionada deliberação, além dos encargos correspondentes, no valor de até R\$ 8.324.750,72 (oito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos). **Assembleia Geral Extraordinária: ITEM 1. Aprovar**, por unanimidade de votos, abstendo-se a acionista Prefeitura do Município de São Paulo, a reforma do Estatuto Social da Companhia para atualizar o caput do artigo 3º em decorrência de alteração do Capital Social, e alterar o inciso XXVIII do artigo 14; alterar o título do Capítulo IX; alterar o artigo 29; excluir o artigo 30, alterar a redação do atual artigo 31, e renumerar os artigos 31 a 52, passando a 30 a 51, com a finalidade de excluir as atribuições consultivas do Comitê de Elegibilidade. A redação do Estatuto Social para os dispositivos alterados passa a ser: (i) caput do artigo 3º: **De:** ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 45.690.396.387,05 (quarenta e cinco bilhões, seiscentos e noventa milhões, trezentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinco centavos, dividido em 8.463.427 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e quatrocentos e vinte e sete) ações ordinárias, de classe única, nominativas e sem valor nominal.” **Para:** ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 48.404.387.144,40 (quarenta e oito bilhões, quatrocentos e quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), dividido em 9.109.872 (nove milhões, cento e nove mil e oitocentas e setenta e duas) ações ordinárias, de classe única, nominativas e sem valor nominal.” (ii) inciso XXVIII do artigo 14: Artigo 14 - Além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração: **De:** “XXVIII - avaliar os diretores da empresa, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei Federal n.º 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; **Para:** “XXVIII - avaliar os diretores da empresa, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei Federal n.º 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade. (iii) título do Capítulo IX e caput do artigo 29: **De:** “CAPÍTULO IX - COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO - Artigo 29 – A empresa terá um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal nº 13.303/2016.” **Para:** “CAPÍTULO IX - COMITÊ DE ELEGIBILIDADE Artigo 29 – A empresa terá um Comitê de Elegibilidade, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal nº 13.303/2016.” (iv) artigo 30 - **Exclusão:** “ARTIGO 30 – Os órgãos de administração também poderão submeter ao Comitê solicitação de caráter consultivo objetivando o aconselhamento estratégico para o atendimento do interesse público que justificou a criação da Empresa, nos termos do artigo 160, da Lei federal nº 6.404/1976.” (v) caput do artigo 31, renumerado para artigo 30 em decorrência da exclusão aprovada acima (iv): **De:** Artigo 31 – O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo, que poderão participar das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto.” **PARA:** “ARTIGO 30 – O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo.” (vi) **Renumeração** a partir do artigo 32 que passará a ser 31 e assim sucessivamente, em decorrência da exclusão do artigo 30 (vi) e renumeração do artigo 31 (vii) acima. **ITEM 2. Aprovar**, por unanimidade de votos, abstendo-se a acionista Prefeitura do Município de São Paulo, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, passando o Estatuto Social da Companhia do Metrô a ter a redação constante no ANEXO I, que é parte integrante desta ata. **ITEM 3. Eleger**, por unanimidade de votos, abstendo-se a acionista Prefeitura do Município de São Paulo, **JANAINA SCHOENMAKER**, brasileira, casada,



advogada, portadora do RG 28.869.961-0 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 268.773.978-27, residente e domiciliada à Rua Epeira, nº 78 – Alto de Pinheiros – São Paulo; **MARISA CARLA AYRES CAMARINI**, brasileira, casada, psicóloga, RG 18.104.511-4 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 119.589.198-96, residente e domiciliada à Av. Dr. Augusto de Toledo, nº 582 – apto. 14, São Caetano do Sul/SP; e **RICARDO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 13.524.130-3 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 128.402.808-92, residente e domiciliado à Praça das Primaveras, 32 – Condomínio Portal de Itu, Itu/SP, como Membros do Comitê de Elegibilidade da Companhia do Metrô, em substituição aos atuais integrantes. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ATG/Ofício nº 100/2024-CC-AG e ATG/Ofício nº 156/2024-CC), e a conformidade dos requisitos necessários foi devidamente atestada pela Nota Técnica CODEC nº 003/2024 (processo SEI 017.00009804/2023-44 que trata de indicação de membro para o Comitê de Elegibilidade da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). A investidura nos cargos deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no Estatuto Social, inclusive no que se refere à entrega da Declaração de Bens. Os membros do Comitê de Elegibilidade exercerão suas funções sem mandato fixo, não fazendo jus a qualquer remuneração. **ITEM 4. Outros Assuntos.** Registre-se que, até determinação contrária, todas as publicações da Companhia devem continuar sendo realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem prejuízo do atendimento do artigo 289, da Lei federal nº 6.404/1976. **VIII – ENCERRAMENTO:** a presidência considerou finda a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual, lida e aprovada, segue assinada pelos membros da mesa, dela tirando-se cópias autênticas para os fins legais. São Paulo, 29 de abril de 2024.-----

(aa) Pelo Conselho de Administração, Presidente da Mesa: Milton Frasson
Secretária da Reunião: Mariana Albert Acherboim
Pela Fazenda do Estado de São Paulo, Bruna Tapié Gabrielli, Procuradora do Estado;
Pela Prefeitura do Município de São Paulo: Katia Leite, Procuradora do Município;

Certifico que o presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro das Assembleias Gerais da Companhia.



MILTON FRASSON
Presidente



C.N.P.J. Nº 62.070.362/0001-06
NIRE nº 3530003343-4

ANEXO I da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 29 de abril de 2024.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º - A sociedade por ações denominada **COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ** é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo primeiro - O prazo de duração da empresa é indeterminado.

Parágrafo segundo - A empresa tem sede na Rua Boa Vista, 175, Bloco B e foro na Capital do Estado de São Paulo.

Parágrafo terceiro - Na medida em que for necessário para a consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a empresa poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares.

ARTIGO 2º - Constitui objeto da empresa:

- I. planejamento, projeto, construção, implantação, operação e manutenção de sistemas de transportes públicos metroviário, ferroviário e sobre pneus, na Região Metropolitana de São Paulo;
- II. execução das obras e dos serviços complementares ou correlatos, necessários à integração do sistema de transporte de passageiros ao complexo urbanístico da cidade;
- III. construção e operação de terminais de passageiros; implantação e operação de estacionamentos;
- IV. construção e comercialização, direta e indireta, admitida a coparticipação da iniciativa privada, de prédios residenciais e ou comerciais, bem como projetar, executar, administrar, direta ou indiretamente, outra qualquer obra de interesse público e da empresa;
- V. comercialização de marca, patente, nome e insígnia; comercialização de áreas e espaços para propaganda; prestação de serviços complementares de suporte ao usuário, por si ou através de permissionários, com ou sem cessão de uso predial;
- VI. comercialização de tecnologia, direta ou indireta, inclusive em sociedade ou consórcios; bem como a prestação de serviços de consultoria, cursos e treinamentos, apoio técnico e prestação de serviços na operação e na manutenção de equipamentos; construção e implantação de sistemas de transporte e de terminais de passageiros, no país e no exterior;
- VII. edição, vedada a impressão, de jornais, revistas e outras publicações de cunho técnico e comercial, permitida a propaganda.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 48.404.387.144,40 (quarenta e oito bilhões, quatrocentos e quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), dividido em 9.109.872 (nove milhões, cento e nove mil e oitocentas e setenta e duas) ações ordinárias, de classe única, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo único – Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 52.674.522.453,75 (cinquenta e dois bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), mediante deliberação do Conselho de Administração, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

ARTIGO 4º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral.



CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 5º - A Assembleia Geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei, sobre as matérias de interesse da empresa previstas em lei, determinadas neste Estatuto ou pertinentes ao objeto social da empresa.

Parágrafo primeiro - A Assembleia será convocada, ordinariamente, nos primeiros 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, em observância as matérias previstas no artigo 132 da Lei federal nº 6.404/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da companhia justifiquem, observadas as prescrições legais pertinentes à sua convocação, instalação e deliberações.

Parágrafo segundo - A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, ou ainda, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo terceiro - A Assembleia Geral será presidida preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, por qualquer outro Conselheiro presente, ficando facultado ao Presidente do Conselho de Administração indicar o Conselheiro que deverá substituí-lo na presidência da Assembleia Geral.

Parágrafo quarto - O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais Secretários, facultada a utilização de assessoria própria na empresa.

Parágrafo quinto - A ata de Assembleia Geral será lavrada conforme previsto no artigo 130, da Lei federal nº 6.404/1976.

Parágrafo sexto - Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo sétimo - Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de notas promissórias, bonds, notes e de quaisquer outros títulos, valores mobiliários e/ou instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada.

Parágrafo oitavo - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei e das atribuições previstas nos parágrafos acima:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- III. reformar o Estatuto Social;
- IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da companhia, ou de qualquer sociedade na companhia;
- V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- VI. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- VII. deliberar sobre o aumento do capital social da companhia, que exceda o limite do capital autorizado, ou sua redução.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

ARTIGO 6º - A empresa será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 7º - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da empresa.

Composição, Investidura e Mandato



ARTIGO 8º - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas, exceto em relação ao disposto no § 1º, do artigo 9º deste Estatuto.

Parágrafo primeiro – O Diretor-Presidente da empresa integrará o Conselho de Administração enquanto ocupar aquele cargo.

Parágrafo segundo - Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto, e designar o seu Presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor-Presidente da empresa que também for eleito Conselheiro.

Representante dos Empregados

ARTIGO 9º - Fica assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo primeiro - O Conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta, vedada sua recondução automática para período sucessivo.

Parágrafo segundo - O regimento interno do Conselho de Administração, ao dispor sobre o exercício do cargo de representante dos empregados, deverá guardar estrita observância em relação aos requisitos e às vedações do artigo 17, da Lei federal n.º 13.303/2016.

Representante dos Acionistas Minoritários

ARTIGO 10 – É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos da Lei federal nº 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei federal nº 13.303/2016.

Membros Independentes

ARTIGO 11 – O Conselho de Administração terá a participação de um ou mais membros independentes, observado o disposto nos artigos 19 e 22, da Lei federal nº 13.303/2016, garantido ao acionista controlador o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea “a”, do artigo 116, da Lei federal nº 6.404/1976.

Parágrafo único – A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

Vacância e Substituições

ARTIGO 12 – Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro de Administração antes do término do mandato, o próprio Colegiado poderá deliberar sobre a escolha do membro para completar o mandato do substituído, com a ratificação posterior pela próxima Assembleia Geral.

Parágrafo único – Na vacância do cargo do Conselheiro representante dos empregados, será substituído por outro representante, nos termos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Funcionamento

ARTIGO 13 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da empresa.

Parágrafo primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os Conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar da convocação a data, horário e assuntos que constarão da ordem do dia.

Parágrafo segundo – O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os Conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a



documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo terceiro – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o número mínimo legal e estatutário, cabendo a presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, a outro Conselheiro por ele indicado.

Parágrafo quarto – Em caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros.

Parágrafo quinto – O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar diretores da Empresa para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

Parágrafo sexto – As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a proposta aprovada da Diretoria ou dos órgãos competentes da Empresa, e de parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

Parágrafo sétimo – Quando houver motivo de urgência, o Presidente do Conselho de Administração, ou a maioria dos Conselheiros em exercício, nos termos do parágrafo primeiro, deste artigo, poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do Conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.

Parágrafo oitavo – O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos participantes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do Conselheiro que estiver presidindo os trabalhos.

Parágrafo nono – As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, com inclusão, de imediato, no Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - SIEDESC.

Parágrafo décimo – Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro de comércio e publicado.

Atribuições

ARTIGO 14 - Além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração:

- I. aprovar o planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho;
- II. aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos;
- III. aprovar orçamentos de dispêndios e investimento, com indicação das fontes e aplicações de recursos;
- IV. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da companhia e sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- V. promover anualmente a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, excluindo-se dessa obrigação as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa;
- VI. fiscalizar e acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos;
- VII. determinar a elaboração de carta anual de governança e subscrevê-la;
- VIII. aprovar e revisar anualmente a elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas;
- IX. promover a divulgação anual do relatório integrado ou de sustentabilidade;
- X. definir objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da empresa e o seu objeto social;
- XI. deliberar sobre política de preços ou tarifas dos bens e serviços fornecidos pela empresa, respeitado o marco regulatório do respectivo setor;



- XII. autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações;
- XIII. deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização;
- XIV. fixar o limite máximo de endividamento da empresa;
- XV. elaborar a política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa, submetendo-a à Assembleia Geral;
- XVI. deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício em curso ou de reserva de lucros, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral;
- XVII. propor à Assembleia Geral o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício social findo;
- XVIII. deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de empregos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de concurso público para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados;
- XIX. autorizar previamente, mediante provocação da Diretoria Colegiada, a celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar 0,21% (vinte e um centésimos por cento) do capital social, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas;
- XX. aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da empresa;
- XXI. conceder licenças aos Diretores, observada a regulamentação pertinente;
- XXII. aprovar o seu Regulamento Interno, que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições e previna situações de conflito com a Diretoria, notadamente com o seu Presidente;
- XXIII. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- XXIV. avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da Diretoria e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante;
- XXV. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, política de relacionamento com partes relacionadas, política de gestão de pessoas, programa de integridade e código de conduta dos agentes;
- XXVI. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a empresa, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- XXVII. estabelecer as políticas de porta-vozes e de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas;
- XXVIII. avaliar os diretores da empresa, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei Federal n.º 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade;
- XXIX. indicar Diretor estatutário que liderará a Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, vinculada ao Diretor-Presidente;
- XXX. apoiar a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, quando houver suspeita do envolvimento em irregularidades ou descumprimento da obrigação de adoção de medidas necessárias em relação à situação relatada, por parte dos membros da Diretoria, assegurada sempre sua atuação independente;
- XXXI. aprovar o Código de Conduta e Integridade, a ser elaborado e divulgado pela Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC;
- XXXII. aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias;
- XXXIII. supervisionar a instituição de mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade;
- XXXIV. aprovar a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio elaborada pela Diretoria Colegiada, observado o disposto no artigo 93, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16;
- XXXV. aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, as competências e atribuições das Diretorias;
- XXXVI. eleger e destituir os membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria;
- XXXVII. determinar a orientação a ser seguida pelo representante da empresa nas assembleias gerais das sociedades de cujo capital participe;
- XXXVIII. aprovar, com prévia audiência do Conselho fiscal, as emissões e colocações de ações para integralização do capital autorizado, fixando as respectivas condições.

Parágrafo único – O acionista controlador, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, poderá manter interlocução com os membros do Conselho de Administração, para dar conhecimento de assuntos que considerar de interesse estratégico, nos termos da alínea “b”, do artigo 116, da Lei nº 6.404/1976, em especial:



- I. eleição de membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria;
- II. proposta de destinação do resultado do exercício;
- III. plano de Empregos e Salários;
- IV. fixação ou alteração de quadro de pessoal;
- V. admissão de pessoal mediante abertura de concurso público;
- VI. celebração de acordo coletivo de trabalho.

CAPÍTULO VI DIRETORIA

Composição e Mandato

ARTIGO 15 - A Diretoria será composta por 6 (seis) membros, sendo um Diretor-Presidente, um com atribuições específicas para a matéria financeira e de relações com investidores, um com atribuições específicas para a área corporativa, um para a área operacional, um para a área de planejamento e engenharia e um para a área comercial, com as respectivas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e especificadas em Regimento Interno, quando neste Estatuto não especificadas, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas.

Parágrafo único – É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados pela empresa.

Vacância e Substituições

ARTIGO 16 – Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente designará outro membro da Diretoria para cumular as funções.

Parágrafo único – Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor por ele indicado.

ARTIGO 17 – Em caso de vacância, e, até que seja eleito um sucessor, o Diretor Presidente será substituído, sucessivamente, pelo Diretor responsável pela área financeira e pelo Diretor de idade mais elevada.

Parágrafo único – Em caso de vacância de qualquer membro da Diretoria, o Diretor-Presidente designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva, até a eleição do novo Diretor nos termos dos artigos 14, XXXVI, e 15 deste Estatuto.

Funcionamento

ARTIGO 18 – A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois Diretores quaisquer.

Parágrafo primeiro - As reuniões da Diretoria Colegiada serão instaladas com a presença de pelo menos metade dos Diretores em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do Diretor-Presidente.

Parágrafo segundo - As deliberações da Diretoria constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes.

Atribuições

ARTIGO 19 – Além das atribuições definidas em lei, compete à Diretoria Colegiada:

- I. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) a proposta de planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho;
 - b) a proposta de plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos;
 - c) os orçamentos de custeio e de investimentos da empresa, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações;



- d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da empresa;
- e) os relatórios trimestrais da empresa acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras;
- f) anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício;
- g) o Regimento Interno da Diretoria e os regulamentos da empresa;
- h) a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso;
- i) a proposta da política de pessoal;
- j) a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei nº 13.303/16;
- k) as matérias previstas nos itens (f) e (h) deverão ser submetidas posteriormente à Assembleia Geral para aprovação.

II. Aprovar:

- a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
- b) o plano de contas;
- c) o plano anual de seguros da empresa;
- d) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da empresa e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;
- e) normas gerais para melhorar o desenvolvimento das atividades da empresa;
- f) normas de operação do sistema de transporte metroviário e sobre pneus, para cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

III. Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração:

- a) os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor;
- b) celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar a 0,03% (três centésimos por cento) e for inferior a 0,21% (vinte e um centésimos por cento) do capital social;
- c) a cessão de uso de marcas, patentes, nomes e insígnias;
- d) a prática de atos no exterior, dos quais decorram obrigações para a empresa, que poderá ser representada por um diretor ou um procurador;
- e) desapropriações;
- f) viagens no país e ao exterior, de diretores e empregados, por necessidade estrita do serviço, observada a legislação em vigor e as determinações do acionista controlador;
- g) a edição de jornais, revistas e outras publicações periódicas, de responsabilidade da empresa.

Parágrafo único - As atribuições previstas nas alíneas "f", do inciso II e "g", do inciso III, poderão ser delegadas a diretores e ou empregados designados pela diretoria.

ARTIGO 20 - São competências específicas:

- I. do Diretor-Presidente:
 - a. representar a empresa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, deste Estatuto;
 - b. representar institucionalmente a empresa nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral;
 - c. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
 - d. coordenar as atividades da Diretoria;
 - e. expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria ou que delas decorram;
 - f. coordenar a gestão ordinária da empresa, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada;
 - g. coordenar as atividades dos demais Diretores;



- h. promover a estruturação organizacional e funcional da empresa, observado o disposto no artigo 14, XXXV, deste Estatuto;
 - i. expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da empresa;
 - j. provocar a manifestação do Conselho de administração, sempre que julgar necessário;
 - k. aprovar o Plano Básico de Organização da empresa;
 - l. propor, à diretoria, as medidas de interesse da empresa, que dependam de sua aprovação;
 - m. aprovar normas administrativas e técnicas, implementadoras das normas gerais aprovadas pela diretoria;
 - n. autorizar a contratação de estagiários, observada a legislação vigente, podendo delegar a outros diretores e ou a empregados designados pela diretoria tal autorização.
- II. do diretor com atribuições para a matéria financeira e de relações com investidores:
- a. representar a empresa perante os órgãos de controle e demais instituições que atuem no mercado de capitais;
 - b. prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável no Brasil e exterior;
 - c. manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo primeiro - É de competência exclusiva do presidente a proposição, à diretoria, do Regimento Interno.

Parágrafo segundo - A Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno será vinculada ao Diretor-Presidente.

Representação da empresa

ARTIGO 21 – A empresa obriga-se perante terceiros:

- I. pela assinatura de dois Diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o Diretor responsável pela área financeira;
- II. pela assinatura de um Diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato;
- III. pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato;
- IV. pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos.

Parágrafo único – Os instrumentos de mandato poderão ser outorgados por instrumento público ou particular, inclusive por meio eletrônico, com prazo determinado de validade, e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado.

CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL

ARTIGO 22 - A empresa terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei.

ARTIGO 23 – O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

Parágrafo único – Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o suplente.

ARTIGO 24 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio.

Representante dos Acionistas Minoritários

ARTIGO 25 – É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se houver, e seus respectivos suplentes, nos termos da alínea “a”, do parágrafo quarto, do artigo 161 da Lei federal nº 6.404/1976.



Parágrafo único – É garantido, ao acionista controlador, o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea “b”, do parágrafo 4º, do artigo 161, da Lei federal nº 6.404/1976.

CAPÍTULO VIII COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 26 - A empresa terá um Comitê de Auditoria, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, competindo-lhe, além daquelas competências atribuídas em Lei, nos termos definidos em Regimento Interno:

- I. referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos;
- II. analisar as demonstrações financeiras;
- III. promover a supervisão e a responsabilização da área financeira;
- IV. garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos;
- V. garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna;
- VI. zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da empresa;
- VII. avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético;
- VIII. monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias.

ARTIGO 27 - O Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, devendo ao menos 1 (um) dos membros do Comitê possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo primeiro – O Comitê será coordenado por um Conselheiro de Administração independente.

Parágrafo segundo – Para integrar o Comitê, devem ser observadas as condições mínimas estabelecidas em lei, em especial o parágrafo 1º, do artigo 25, da Lei federal nº 13.303/2016.

Parágrafo terceiro – A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais.

ARTIGO 28 – O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de administração, nos termos da Lei.

CAPÍTULO IX COMITÊ DE ELEGIBILIDADE

ARTIGO 29 – A empresa terá um Comitê de Elegibilidade, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal nº 13.303/2016.

Parágrafo primeiro – O Comitê:

- I. emitirá manifestação conclusiva, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;
- II. verificará a conformidade do processo de avaliação dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais;
- III. deliberará por maioria de votos, com registro em ata, devendo ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas;
- IV. deverá manifestar-se, no prazo de 7 (sete) dias, contado da data de recebimento das fichas cadastrais e documentação comprobatória dos indicados, sob pena de ser noticiada a omissão ao Conselho de Administração e às instâncias governamentais competentes.

Parágrafo segundo - Em caso de manifesta urgência, o Comitê se reunirá, facultativamente, por meio virtual, emitindo sua deliberação de forma a possibilitar tempestivamente os procedimentos necessários.



Parágrafo terceiro - Após a manifestação do comitê, a ata deverá ser encaminhada pela empresa ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, com solicitação de convocação de Assembleia Geral destinada à eleição dos aprovados.

Parágrafo quarto – Os originais das fichas cadastrais e a documentação comprobatória examinada deverão ser mantidos em arquivo pela empresa.

ARTIGO 30 – O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo.

Parágrafo único - Os membros do comitê devem ter experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na Administração Pública, ou, 3 (três) anos no setor privado, na área de atuação da empresa ou em área conexas.

CAPÍTULO X ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLE INTERNO

ARTIGO 31 – A empresa terá uma Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo primeiro – A área poderá contar com o apoio operacional de auditoria interna e manter interlocução direta com o Conselho Fiscal e com o Comitê de Auditoria.

Parágrafo segundo - A área prevista neste Capítulo se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de membro da Diretoria em irregularidades ou quando integrante da Diretoria se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, assegurada sempre sua atuação independente.

ARTIGO 32 – Compete à área, além do atendimento às disposições aplicáveis do artigo 9º da Lei federal n.º 13.303/2016, o seguinte:

- I. estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos membros da empresa, devendo para isso adotar estruturas e práticas eficientes de controles internos e de gestão de riscos estratégicos, patrimoniais, operacionais, financeiros, socioambientais e reputacionais, dentre outros, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional;
- II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da empresa às Leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;
- III. disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e do controle interno, bem como da responsabilidade de cada área da empresa nestes aspectos;
- IV. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a empresa;
- V. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;
- VI. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da empresa;
- VII. avaliar o cumprimento das metas previstas nos planos, projetos e orçamentos, comprovando a legalidade e avaliando os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 74 da Constituição da República;
- VIII. identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e tempestivamente, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos, orientar a tomada de decisão, o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos do controle interno;
- IX. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;
- X. adotar procedimentos de controle interno, objetivando prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão das informações da empresa;
- XI. elaborar e divulgar o Código de Conduta e Integridade que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração e ficará disponível no sítio eletrônico da empresa, dispondo sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, fiscais, empregados, prepostos e terceiros contratados, implementando treinamento periódico;
- XII. elaborar o programa de integridade, observadas as diretrizes estabelecidas no Decreto estadual n.º 62.349, de 26 de dezembro de 2016;



- XIII. submeter à avaliação periódica do Comitê de Auditoria a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético;
- XIV. manter canal institucional, que poderá ser externo à empresa, para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da empresa, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade;
- XV. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

Parágrafo primeiro - Os Administradores da empresa divulgarão e incentivarão o uso do canal institucional de denúncias, que deverá assegurar o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva.

Parágrafo segundo - Sob supervisão do Conselho de Administração, a empresa deverá instituir mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade e definir orientações em casos concretos.

CAPÍTULO XI AUDITORIA INTERNA

ARTIGO 33 – A empresa terá Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria, regido pela legislação e regulamentação aplicável.

Parágrafo único - A área será responsável por aferir:

- I. a adequação dos controles internos;
- II. a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança;
- III. a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

ARTIGO 34 - A composição e o detalhamento de suas atribuições serão definidos em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 35 - Caberá ao Comitê de Auditoria referendar a escolha do responsável pela Auditoria Interna pelo Conselho de Administração, propor sua destituição àquele e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos.

ARTIGO 36 - A Auditoria Interna prestará apoio operacional à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno.

CAPÍTULO XII REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Posse, Impedimentos e Vedações

ARTIGO 37 - Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento das exigências legais, mediante apresentação de currículo e documentação pertinente nos termos da normatização em vigor.

ARTIGO 38 – Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas.

Parágrafo primeiro - O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita.

Parágrafo segundo - A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato.

Parágrafo terceiro – A alteração na composição dos órgãos estatutários será imediatamente comunicada ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC.



ARTIGO 39 – Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a posse dos respectivos substitutos.

Remuneração e Licenças

ARTIGO 40 - A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário, ou acumulação em Conselhos e Comitês.

Parágrafo primeiro - A remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes do Comitê também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa.

Parágrafo segundo - Fica facultado ao Diretor, que, na data da posse, pertença ao quadro de empregados da empresa, optar pelo respectivo salário.

ARTIGO 41 – Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata.

CAPÍTULO XIII EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

ARTIGO 42 – O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em Lei.

Parágrafo único - As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 43 – As ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

Parágrafo primeiro - O dividendo poderá ser pago pela empresa sob a forma de juros sobre o capital próprio.

Parágrafo segundo — A empresa poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, para efeito de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio.

CAPÍTULO XIV LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 44 - A empresa entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração.

CAPÍTULO XV MECANISMO DE DEFESA

ARTIGO 45 - A empresa assegurará aos membros dos órgãos estatutários, por meio de sua área jurídica ou de profissional contratado, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções.

Parágrafo primeiro - A mesma proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da empresa.

Parágrafo segundo - A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo terceiro - Com a proposta da Diretoria Colegiada, aprovada pelo Conselho de Administração, desde que não implique conflito de interesses, fica assegurada a assistência de advogado do quadro profissional da Companhia.



Parágrafo quarto - A empresa poderá, a seu critério, manter permanentemente contratado ou pré-qualificado um ou mais escritórios de advocacia de reconhecida reputação profissional para estar em condições de assumir, a qualquer tempo, a defesa técnica dos agentes abrangidos por este artigo.

Parágrafo quinto - Se, por qualquer motivo, não houver escritório de advocacia contratado ou pré-qualificado pela empresa, ou não houver sido indicado e aprovado, em tempo hábil, o profissional para assumir a defesa, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança, caso em que os honorários e outras despesas incorridas na defesa técnica serão reembolsados ou adiantados pela empresa, após a comprovação da realização da despesa ou de sua iminência, desde que os valores envolvidos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração quanto à sua razoabilidade, anteriormente a qualquer decisão sobre sua concessão.

Parágrafo sexto - A empresa poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções.

Parágrafo sétimo - A concessão de reembolsos e adiantamentos aos administradores não serão devidos nas hipóteses em que não tiverem sido observados os padrões de conduta legais a que estão sujeitos. De forma que, entende-se que não são passíveis de indenização, entre outras, as despesas decorrentes de atos dos administradores praticados: a) fora do exercício de suas atribuições ou poderes de seus signatários; b) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; c) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia, incluindo os valores relativos a indenizações decorrentes de ações de responsabilidade previstas no art. 159 da Lei nº 6.404/76, ou ao ressarcimento dos prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei nº 6.385/76; ou d) demais casos previstos no contrato de seguro, devendo este ressarcir a empresa de todos os custos e despesas incorridos em decorrência da assistência jurídica nos termos estabelecidos.

Parágrafo oitavo - Na hipótese de a companhia deliberar pelo adiantamento de despesas antes de decisão final no âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o agente estará obrigado a devolver os valores adiantados nos casos em que, após tal decisão, restar comprovado que o ato praticado pelo agente não é passível de indenização nos termos deste Estatuto ou do respectivo contrato de seguro.

Parágrafo nono - A empresa, além de assegurar a defesa técnica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza e depósitos para garantia de instância.

Parágrafo décimo - O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à empresa os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando ao interesse da empresa.

CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 46 - Até o dia 30 de abril de cada ano, a empresa publicará o seu quadro de empregos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição do Estado de São Paulo.

ARTIGO 47 - Em face do disposto no artigo 101, da Constituição do Estado de São Paulo, na forma regulamentada pelo Decreto estadual nº 56.677, de 19 de janeiro de 2011, a contratação do advogado responsável pela chefia máxima dos serviços jurídicos da empresa deverá ser precedida da aprovação do indicado pelo Procurador Geral do Estado, segundo critérios objetivos de qualificação, competência e experiência profissional.

ARTIGO 48 - A empresa deverá propiciar a interlocução direta de seus advogados com o Procurador Geral do Estado ou outro Procurador do Estado por ele indicado, com vistas a assegurar a atuação uniforme e coordenada, nos limites estabelecidos no artigo 101 da Constituição do Estado, observados os deveres e prerrogativas inerentes ao exercício profissional.

ARTIGO 49 - É vedada a indicação, para os órgãos estatutários da empresa, de pessoas que se enquadrem nas causas de inelegibilidade estabelecidas na legislação federal.

Parágrafo primeiro - A proibição presente no "caput" deste artigo estende-se às admissões para empregos em comissão e às designações para funções de confiança.



Parágrafo segundo - A empresa observará o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo, e as regras previstas nos Decretos estaduais nº 57.970, de 12 de abril de 2012, e nº 58.076, de 25 de maio de 2012, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas.

ARTIGO 50 – A admissão de empregados pela empresa fica condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que deverá ser atualizada anualmente, bem como por ocasião do desligamento.

Parágrafo único - A empresa observará as regras previstas no artigo 13, da Lei federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações posteriores, e no Decreto estadual nº 41.865, de 16 de junho de 1997, e suas alterações posteriores, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas.

ARTIGO 51 – A empresa observará o disposto na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, e no Decreto estadual nº 54.376, de 26 de maio de 2009, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas.

Texto consolidado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, realizada em 29 de abril de 2024.

(aa) Pelo Conselho de Administração, Presidente da Mesa: Milton Frasson
Secretária da Reunião: Mariana Albert Acherboim
Pela Fazenda do Estado de São Paulo, Bruna Tapié Gabrielli, Procuradora do Estado;
Pela Prefeitura do Município de São Paulo: Katia Leite, Procuradora do Município;

Certifico que o presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro das Assembleias Gerais da Companhia.



MILTON FRASSON
Presidente